



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2025.0000072526**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1005711-05.2022.8.26.0161, da Comarca de Diadema, em que é apelante BANCO C6 CONSIGNADO S/A, é apelada VALDECI DA SILVA.

**ACORDAM**, em Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores NATAN ZELINSCHI DE ARRUDA (Presidente sem voto), JOSÉ PAULO CAMARGO MAGANO E JOÃO BATTAUS NETO.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

**GUILHERME SANTINI TEODORO**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

**Apelação Cível nº 1005711-05.2022.8.26.0161**

**Apelante: Banco C6 Consignado S/A**

**Apelado: Valdeci da Silva**

**Interessado: Banco Bmg S/A**

**Comarca: Diadema**

**Voto nº 4792**

**CONTRATO BANCÁRIO.** *Empréstimo consignado. Transação não reconhecida. Sentença de procedência. Apelação do réu. Presunção de que a assinatura do contrato é falsa em virtude da preclusão da perícia grafotécnica. Ocorrência de fraude. Dano moral configurado. Reparação de R\$ 10.000,00 reduzida para R\$ 5.000,00. Recurso provido em parte.*

Da respeitável sentença de relatório adotado de procedência de ação declaratória de inexistência de negócio jurídico com repetição de indébito e reparação por danos morais (fls. 317/9, integrada pela decisão a fls. 334/5) apela o réu porque demonstrada a regularidade da contratação, com a juntada de instrumento devidamente assinado, e comprovada a transferência do crédito para a autora. Pugna para que sejam afastados a condenação de restituição dos valores descontados e o pagamento de indenização por danos morais ou redução do valor.

Recurso tempestivo, preparado e respondido.

É o relatório.

A autora ajuizou a presente ação alegando não ter contratado o empréstimo consignado que ensejou os descontos mensais em seu benefício previdenciário, pretendendo a inexigibilidade da dívida, a restituição dos valores descontados indevidamente, bem como a condenação da instituição financeira ao pagamento de indenização por danos morais.

O banco, em apertada síntese, alegou que o débito é legítimo e decorre de contrato válido, sendo regulares os débitos efetuados no benefício previdenciário da requerente. Afirma que o procedimento se inicia de forma digital, com o envio da *selfie* e, após, por meio de correspondentes bancários, quando a autora recebe a via física do contrato e opta por fazer a assinatura de forma manuscrita. Discorda veementemente dos pedidos iniciais.

A celebração do contrato com consignação exige expressa autorização do consumidor aposentado ou pensionista, seja por escrito ou via eletrônica, conforme prevê o art. 3º, III da Instrução Normativa do INSS nº 28/2008, alterada pela Instrução Normativa do INSS nº 39/2009.

Na espécie, a requerente negou a contratação e impugnou a

assinatura lançada no instrumento e era da instituição financeira – parte que produziu o documento – o ônus de comprovar sua autenticidade, nos termos do art. 429, II do CPC. Essa, aliás, é a orientação firmada pelo E. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do tema repetitivo nº 1061, nestes termos:

*“Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a sua autenticidade (CPC, arts. 6º, 368 e 429, II).”*

Por conseguinte, é patente a falha na prestação do serviço, diante da presunção de que a assinatura do contrato é falsa em virtude da preclusão da perícia grafotécnica por inércia do réu, que tinha o ônus de provar a autenticidade e, após o despacho a fls. 300, requereu apenas a produção de prova oral, o que não seria capaz de comprovar a legitimidade da contratação.

Ademais, conforme constou na respeitável sentença *“Intimado, o autor restituiu R\$ 30.000,00, o que indica que não precisava de qualquer empréstimo (...)”*

Assim, de rigor o ressarcimento dos valores debitados do benefício previdenciário da parte autora. Inaplicável a tese fixada pelo STJ no julgamento do EAREsp nº 676.608/RS (tema repetitivo nº 929), ausente qualquer pedido da parte autora nesse sentido.

Conforme artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, *“o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”*.

Cuidando-se de responsabilidade objetiva, é da casa bancária o ônus de comprovar a ausência de falha na prestação do serviço ao consumidor ou a culpa exclusiva da vítima ou de terceiros (artigos 6º e 14, § 3º, II do Código de Defesa do Consumidor), tendo a instituição financeira claudicado em tal mister.

Na hipótese, caracterizou-se o fortuito interno, aplicando-se a Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual *“As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.”*

Destarte, responde o banco pelo dano moral advindo dos descontos em benefício previdenciário, verba de caráter alimentar cuja afetação extrapolou mero aborrecimento, violou a integridade psicológica da consumidora e impôs-lhe inquestionável desgaste.

A respeito, "*DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Parcial procedência. Apelo da ré. Contratação de empréstimo mediante fraude. Assinatura constante no contrato apresentado pelo requerido impugnado pelo autor. Perícia comprovou a falsidade. Falha na prestação dos serviços reconhecida. Nulidade do contrato. Dano moral 'in re ipsa'. Responsabilidade objetiva. Risco do negócio. Indenização majorada para R\$ 10.000,00. RECURSO DA RÉ DESPROVIDO E PARCIALMENTE PROVIDO O DO AUTOR.*" (TJSP, 21ª Câm. Dir. Priv., AP 1000215-22.2020.8.26.0498, rel. Des. Paulo Alcides, , j. 12/12/2022).

Quanto ao arbitramento da indenização por danos morais, já se assinalou que *“O problema da avaliação da quantia do ressarcimento constitui uma dificuldade comum e geral do dano moral; também se requerem soluções comuns e gerais no que concerne, ao menos, ao esqueleto primário do assunto. Não pode nem deve pretender-se uma concepção matemática totalizadora da questão, o que, além de impossível, prenderia a Justiça em prol de uma cega e inamovível segurança; porém, tampouco a fluidez e arbítrio irrestritos, que significaria uma completa liberdade para fazer justiça, porém a liberdade do naufrago. Por isso, na motivação da sentença, deve especificar claramente quais foram as pautas tomadas em conta para chegar ao montante determinado, as provas que se ponderaram e os precedentes jurisprudenciais, sobre os quais o juiz adaptou a solução ao caso concreto”* (Antonio Jeová dos Santos, Dano moral indenizável, 2ª edição, p. 165/7).

Tendo em vista condição das partes, natureza da falha e extensão dos danos, a quantia de R\$ 10.000,00 mostra-se excessiva, pois a reparação pecuniária não pode ser fonte de enriquecimento, tampouco inexpressiva (RT 742/320).

Na presente hipótese, reputa-se suficiente a fixação da indenização por dano moral no valor de R\$ 5.000,00, parâmetro que esta Turma tem adotado em casos semelhantes.

Em suma, a r. sentença é reformada unicamente para reduzir para R\$ 5.000,00 o valor da indenização por danos morais.

Mínimo o decaimento da autora, mantém-se o regramento das verbas de sucumbência, com observância da Súmula STJ 326 (*“na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca”*).

Meu voto dá parcial provimento ao recurso.

**GUILHERME SANTINI TEODORO** – relator.